

Mapeamento das Tendências em Energia e Infraestrutura (2023-2027)

Síntese de discursos de posse dos ministros



Entre os dias 02 a 05 de janeiro de 2023, foram empossados em Brasília os 37 ministros que compõem o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro dia útil de governo (02/01), foi empossado o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. No mesmo dia, tomou posse o Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Dando

sequência, em 04 de janeiro, o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, também assumiu o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.

1. Ministério de Minas e Energia (MME)

A tendência para o setor de energia até 2027 é a diversificação de fontes de energia, incluindo renováveis e fósseis, sobretudo o gás natural; a transversalidade da transição energética com políticas públicas elaboradas em conjunto com a pasta do Meio Ambiente para posicionar o Brasil na vanguarda mundial da sustentabilidade; e, a garantia da segurança energética com foco na independência em combustíveis.

A expectativa é de que o Ministro Alexandre Silveira atue a partir do que fora estabelecido na PEC da Transição e do próprio plano de governo “Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil” do Presidente Lula, que versa sobre:

p.14 “(...) **a soberania e a segurança energética do país**, com ampliação da oferta de energia, aprofundando a diversificação da matriz, com expansão de fontes limpas e renováveis a preços compatíveis com a realidade brasileira. Além disso, é necessário expandir a capacidade de produção de derivados no Brasil, aproveitando-se da grande riqueza do pré-sal, com preços que levem em conta os custos de produção no Brasil”

Em seu discurso de posse, o Ministro Silveira destacou:

Energia e Transporte

Inspirado no projeto de Juscelino Kubitschek “50 anos em 5”, o Ministro de Minas e Energia irá valer-se do “binômio Energia e Transporte”, que constituem dois pilares fundamentais para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, o Ministro espera contribuir para o diálogo e incentivo a projetos entre o setor de energia e transportes.

Segurança

Visando alcançar a segurança e soberania energética brasileira, o Ministro destacou que no âmbito da segurança do suprimento e abastecimento energético “o planejamento não pode errar”, citando como exemplo a escassez hídrica de 2021. Nesse sentido, também se faz necessário a garantia da segurança jurídica, segurança regulatória para os agentes e segurança tarifária aos cidadãos.

Destacou ser prioritário posicionar o Brasil na vanguarda do setor energético, através da “implementação de política energética de longo prazo de maneira segura e eficaz”.

Mercado

Para o Ministro, é indispensável trazer “previsibilidade para a Indústria”, implementando um mercado de energia que promova a competição entre os diferentes atores existentes e, mais importante, preserve o consumidor da volatilidade do preço dos combustíveis. A pasta de Alexandre Silveira também deve estudar junto a profissionais do setor o percentual de mistura ideal a ser empregado com os biocombustíveis brasileiros.

Inovação

Modernização do parque de geração de energia e investimento em novas tecnologias que tragam inovações sustentáveis e preservem o meio ambiente. A inovação no âmbito das novas fontes de energia também será uma prioridade, buscando posicionar o Brasil na “vanguarda mundial da sustentabilidade” através da ampliação do uso de fontes renováveis e armazenamento de hidrogênio de baixo carbono.

Refino

O Ministro salientou que a capacidade de refino brasileira ainda é deficitária, tornando o país dependente da importação por derivados. O objetivo neste segmento será a ampliação e expansão das refinarias, levando-as para outras regiões do país e ampliando suas plantas. Para tanto, o Ministério espera contar com o diálogo e participação da Petrobras enquanto peça central da expansão das refinarias nacionais.

Justiça Energética

A Justiça Energética no MME irá prezar pela “universalização do acesso à energia considerada limpa, sustentável e de qualidade” em um contexto de mercado seguro e que fomente a competitividade.

O Ministério irá também trabalhar na conclusão do programa “Luz para Todos” que garantirá, além do acesso da população à energia elétrica, a implementação de uma tarifa social de energia.

Meio Ambiente e Transição Energética

“Não nos esqueceremos de Mariana e Brumadinho”, foi a declaração do Ministro ao discorrer sobre a questão do Meio Ambiente e sua ligação com o seu Ministério. Desse modo, sua gestão irá investir com recursos e esforços na manutenção e implementação dos mecanismos de segurança em barragens para evitar que novos episódios de desastre ambiental e humanitário ocorram. O Ministério também priorizará questões como a destinação sustentável de resíduos, repressão de atividades ilegais, justiça socioambiental e redução do impacto às comunidades mais afetadas, incluindo a fiscalização de jazidas abandonadas ou mal aproveitadas.

Posicionar o país na vanguarda mundial de sustentabilidade e investimentos em inovação e criação da Secretaria Nacional da Transição Energética. A pasta irá atuar em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e será dedicada exclusivamente para a criação de políticas públicas que viabilizem a expansão da energia limpa no Brasil e posicionem o país enquanto líder mundial desse consumo.

Fontes de Energia

Destaque ao Gás Natural e Biomassa para a transição energética segura rumo a uma matriz com baixa ou média emissão de carbono. É fundamental democratizar o acesso para toda cadeia industrial e residências do país a partir da disseminação e bom aproveitamento do Gás, pois apenas 52% da produção no país é aproveitada, sendo perdido em reinjeção e queima. Além do investimento jurídico e financeiro nos Biocombustíveis.

2. Ministério de Portos e Aeroportos

Em seu discurso de posse, o Ministro Márcio França, ex-governador de São Paulo e relator da Lei dos Portos nº 12.815/2013, destacou que

“O desafio que temos nessa área é muito grande, mas a vida está sempre nos desafiando. Agora a tarefa que me foi dada e que eu aceito com muita honra é cuidar desses 35 portos públicos de grande importância estratégica, com 220 terminais portuários de uso privado, 43 estações de transbordo e mais de 342 terminais registrados na ANTAQ. Será nossa missão também melhorar as condições e fiscalizar os 503 aeródromos públicos, sendo 65 aeroportos certificados, além de 2.786 privados e 1.500 helipontos desse imenso país”.

Conforme previsto no Relatório Final do Gabinete de Transição, a prioridade da pasta gerenciada por Márcio França são projetos de infraestrutura, dentre os quais os portos da região Norte, Sul e Sudeste, que exigirão maiores investimentos.

- Inclinação do Ministério em atuar a partir do Programa de Investimento em Logística (PIL) de 2012.
- Desenvolvimento dos terminais fluviais do Centro Oeste, destacados enquanto infraestrutura crucial para o escoamento da produção agrícola.
- Os portos da região Nordeste, estimulados pelo desenvolvimento das ferrovias do Arco Norte devem ampliar uma grande expansão e ganham importância.
- Investimento em aeroportos regionais e incentivo a utilização de mais aviões de pequeno porte.
- Revisão da política de concessão dos portos que não foram homologados pela iniciativa privada, dentre os portos: Itajaí, Salvador, São Sebastião e Santos.

Tendo em vista que mais de 90% do comércio exterior brasileiro é realizado por portos, sendo o Porto de Santos responsável por quase 30% dessa movimentação, é importante para o país que a autoridade portuária continue atrelada ao setor público. No entanto, a medida não proíbe a concessão dos terminais pela Iniciativa privada.

Relatório Final do Gabinete de Transição

p. 31 “Na Infraestrutura Logística, os principais retrocessos a serem revertidos pelo novo governo são a brutal queda do investimento público e a falta de mecanismos de governança dos programas de investimentos estratégicos para o País, nos mesmos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimentos em Logísticas (PIL) ”.

p.32 “O setor aquaviário, por sua vez, não conta com um programa de gestão das hidrovias e de instalações portuárias que seja consistente com a necessidade do País, principalmente quando se considera como objetivo estratégico o estabelecimento de uma matriz de transporte ambientalmente sustentável. É preciso considerar a possibilidade de reavaliação de modelos de concessão, como (...) o modelo de privatização das autoridades portuárias com exploração dos portos organizados, e a regulamentação das autorizações ferroviárias”.

3. Ministério da Indústria, Comércio e Serviços

A meta central do Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin será a reindustrialização do Brasil e a retomada do desenvolvimento nacional, aliado ao subseqüente posicionamento e participação do país nas cadeias globais de valor.

No âmbito do setor energético, destacou-se a necessidade do Brasil ser protagonista no processo de descarbonização da Economia Global.

“É imperativa a redução da emissão de gases de efeito estufa, do estabelecimento de uma política de apoio a uma economia de baixo carbono, privilegiando tecnologias limpas e dando início ao processo produtivo, seguro e sustentável”

Há espaço para a retomada da complexidade econômica brasileira dentro do Comércio Exterior, alinhando o processo produtivo e o desenvolvimento de políticas industriais voltadas para semicondutores, petroquímica, químicos, dentre outros. A combinação entre bens agrícolas e energia pode ser o fio condutor para estimular o processo produtivo e tecnológico brasileiro, além de fomentar a base exportadora. Nisto, o Ministro destaca a exportação brasileira de soja, minério de ferro e petróleo, que em conjunto perfazem 75% da balança comercial com a China.

Ao longo da campanha eleitoral, Alckmin já salientara o anseio em trabalhar enquanto interlocutor do setor de energia limpa e fontes renováveis. Visando retomar o ritmo de crescimento da industrialização brasileira, o Ministério pautará as atividades a partir de políticas em prol da competitividade de mercado, em consonância com uma Agenda sustentável, considerada fundamental para o futuro da Indústria no Brasil. Nesse escopo, a criação da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e BioIndústria, em parceria com a pasta do Meio Ambiente, está em sintonia com as novas dinâmicas do comércio mundial, o desenvolvimento do complexo industrial de energias renováveis, hidrogênio verde e mobilidade. Por fim, a sociobiodiversidade será a “energia do nosso desenvolvimento”, tendo dentre seus objetivos a valorização do Brasil enquanto potência agroambiental.

Referências

Cerimônia de assunção ao cargo de Ministro de Minas e Energia. Publicado em 02 de janeiro de 2023. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=SrR5Eegx26c>>

COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026. Agosto de 2022. Disponível em:< https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf>.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022. Relatório Final. Brasília, dezembro de 2022. Disponível em:< <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>>.

Geraldo Alckmin assume cargo como Ministro da Indústria e Comércio. Publicado em 04 de janeiro de 2023. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=kSfx_TN1hoc&t=2294s>.

Márcio França toma posse como ministro dos Portos e Aeroportos. Publicado em 02 de janeiro de 2023. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=Tu8M_LUrS0I>.



João Victor Cardoso é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com ênfase na cooperação em bioenergia com petro-Estados. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com Iniciação Científica no Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira e especialidade em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Experiência em pesquisa no Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval (NAC/EGN), onde escreve para o

Boletim Geocorrente. Trabalhou também na Vahalla Pesquisa e Educação, com ênfase em países exportadores de petróleo, suas vulnerabilidades estruturais e crises político-econômicas. Desenvolve projetos de pesquisa em petróleo, gás, biocombustíveis e transição energética. Possui artigos publicados sobre cooperação internacional, segurança marítima, geopolítica da energia e petro-Estados.



Luiza Guitarrari é Graduanda em Defesa e Gestão Estratégia Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora no âmbito do setor de Óleo&Gás e Biocombustíveis, com ênfase nas áreas de comércio exterior, gestão estratégica e segurança energética. Ao longo da graduação participou do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD-UFRJ) desenvolvendo pesquisa sobre o cenário energético dos países do Cáucaso e, participou da Liga Acadêmica de Petróleo (LIGPETRO) vinculada ao curso de

Engenharia do Petróleo da UFRJ. Foi voluntária temporária no European Research Institute (ERI), em Turin, Itália, contribuindo para a promoção do 10º ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas. Atualmente, atua enquanto pesquisadora de Geopolítica da Energia pós-soviética no “Boletim Geocorrente”, periódico quinzenal da Escola de Guerra Naval vinculada a Marinha.